



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2022

Processo Licitatório nº: 33.219/2021

Processo de Impugnação nº: 08.578/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE **OXIGÊNIO GASOSO PURO MEDICINAL ACONDICIONADO EM CILINDROS DE 1M3 E OXIGÊNIO GASOSO PURO MEDICINAL ACONDICIONADO EM CILINDROS DE 2M3, A 10M3 E OXIGÊNIO LÍQUIDO PURO** PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ E HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO.

IMPUGNANTE: GMB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME.

IMPUGNADO: EDITAL

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **GMB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma **tempestiva**, contra os termos do **Edital Pregão Eletrônico n.º 039/2022**.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo.



Comissão de Pregão III

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

A impugnante alega, em síntese, que:

“às exigências constantes dos itens 19.5 e 19.9 do instrumento editalício, terminam por tolher a competitividade do certame e restringir a concorrência, quais sejam:”

19.5 Apresentar cópia da Licença de operação para transportes de Produtos perigosos: resolução nº 420 ANTT e Decreto Estadual 46890/2019;

19.9 Apresentar cópia da Licença de operação de transporte de produtos perigosos (INEA) lei no 6.938/81, dec. est 44.820/2014. (grifo nosso)

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Requer a impugnante:

“...a retificação no que tange à mencionada impropriedade do instrumento convocatório nos itens apontados, a fim de que sejam respeitados os princípios que regem a atuação da Administração Pública. Fica, dessa forma, atingido o instrumento convocatório, devendo novo edital ser elaborado e publicado considerando as devidas adequações.”



Comissão de Pregão III

IV. **DA ANÁLISE**

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Dito isso, passa-se a análise do mérito da impugnação interposta pela empresa **GMB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME.**



Comissão de Pregão III

Inicialmente cumpre destacar que, esta pregoeira diligenciou ao setor responsável, tendo em vista tratar-se de questões técnicas, na forma que dispõe o subitem 27.5 do edital, diante das alegações trazidas.

Após análise das alegações da impugnante, o responsável na pessoa do Subsecretário de Atenção Hospitalar, Sr. Leslie da Conceição Moura concluiu:

“Essa subsecretaria se manifesta a favor da impugnação apresentada por entender que o fornecimento do gás é o objeto principal do certame, sendo seu transporte ato contíguo, porém não imperioso estar com exacerbada exigência no edital, haja vista ser de incumbência da contratada realizar o fornecimento aqui tratado observando as normas técnicas de segurança atinentes ao mesmo.”

V. **DA DECISÃO DA PREGOEIRA**

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pelo parecer exarado pelo Sr. Leslie da Conceição Moura (documento em anexo), e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da impugnação interposta pela empresa **GMB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 039/2022, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela alteração do Edital em comento.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 18 de julho de 2022.

Eliza Souza Machado
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matrícula: 106.380